



Carta de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Coordenação e Planejamento
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

ANO 16 Nº 5
Maio de 2007

Os inesperados resultados da safra 2006/2007

Conhecida a situação predominante no setor produtor de grãos, no momento em que se processava o plantio da safra de verão, em 2006, não deixa de surpreender o volume previsto das colheitas a ele associado, pois como se poderia produzir uma supersafra — estimada em mais de 130 milhões de toneladas — em meio à crise econômico-financeira em que se achavam mergulhados alguns de seus mais importantes segmentos?

Afinal, as desfavoráveis relações de troca da agricultura, junto com o endividamento dos produtores, apontavam queda de rentabilidade e insolvência da atividade, quadro adverso ao qual se somava a ocorrência de fatores extra-econômicos negativos (severas variações climáticas recentes e incidência de pragas na lavoura). Além dessas dificuldades conjunturais, os produtores tiveram que lidar com uma deficiência acumulada na infra-estrutura doméstica de circulação das mercadorias que afetaria mais intensamente as áreas novas da agricultura (cerrados do centro e do norte do Brasil).

A crise encontrava-se claramente manifesta na evolução da área plantada com grãos (arroz, milho, feijão, soja e trigo), desde a safra 2004/2005, em âmbito nacional: redução de mais de três milhões de hectares até a de 2006/2007, em um contexto de elasticidade de terras cultiváveis e de condições favoráveis no mercado de *commodities*. É importante observar que ela atingia desigualmente os vários segmentos da agropecuária, incidindo pesadamente sobre seu setor graneleiro.

A simples manutenção do piso da produção, isto é, da atividade corrente, deveu-se, inquestionavelmente, à intervenção do Governo, ao aceitar, ao término da colheita da safra de

2005 (maio de 2006), renegociar os débitos dos agricultores junto ao sistema financeiro público e privado, lançando-os para a frente e em condições favoráveis. Intervenções governamentais nesse sentido costumam acontecer em períodos críticos para a agricultura e justificam-se pelo papel estratégico que o setor desempenha para os resultados do comércio exterior. De qualquer forma, poder-se-ia até associar a renegociação dos débitos a um “quase-subsídio”, a um subsídio encoberto, a uma política compensatória setorial.

Dados esses antecedentes, e conhecendo-se, por outro lado, o incremento da produtividade física da lavoura, a anunciada supersafra de grãos é explicada por fatores extra-econômicos, no caso, pela benignidade do clima.

O efeito combinado do aumento expressivo da produtividade física da terra e da recuperação dos preços recebidos pelos produtores a partir de meados do ano passado (que se encontravam em declínio, pelo menos desde janeiro de 2004) permite esperar um incremento expressivo da receita bruta do segmento produtor dos grãos. No Rio Grande do Sul, poder-se-ia estimar um aumento de receita dos principais grãos produzidos da ordem de 17,6%, a ser creditado ao comportamento da produtividade e dos preços nas lavouras de soja e milho. Tal crescimento equivaleria a mais de R\$ 1,3 bilhão. Em termos de volume produzido, a safra atual poderá alcançar o patamar da extraordinária colheita de 2003 (22.235.994 toneladas) e, assim, vir a constituir-se na segunda supersafra deste século. Contudo seu faturamento poderá ser inferior ao da safra 2003/2004, diferença explicada pelos preços muito favoráveis recebidos pelos agricultores naquela conjuntura de mercado.

Indicadores de safras agrícolas selecionadas do Rio Grande do Sul — 2003-07

INDICADORES	SAFRAS			
	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007
Preço ao produtor (1)				
Arroz (2)	42,69	26,61	20,36	19,88
Feijão (3)	76,30	84,55	82,78	38,28
Milho (3)	20,20	19,45	15,08	17,29
Soja (3)	50,64	32,46	24,50	27,68
Trigo (3)	25,71	19,87	18,78	23,79
Área plantada (ha)	7 610 802	7 403 549	7 136 040	7 000 069
Produção física (t)	17 451 834	11 497 604	19 808 915	21 860 676
Receita bruta				
Valor (R\$)	12 278 439 233	5 618 155 583	7 408 506 949	8 708 519 374
Percentual	-	-54,24	31,87	17,55

FONTE DOS DADOS BRUTOS: EMATER-RS.

Base Sidra-IBGE.

(1) Em reais de março de 2007; como deflator, foi utilizado o IPCA-IBGE. (2) Em saco de 50kg. (3) Em saco de 60kg.

Maria D. Benetti (FEE/CEES)

A igualdade de gênero na educação do Brasil e do RS — 1992-05

A questão da igualdade de gênero na educação é uma das seis metas da Unesco para a melhoria do ensino no mundo, até 2015, as quais se encontram no documento **Educação Para Todos** (2000).

A razão entre mulheres e homens, nos níveis de ensino fundamental, médio e superior, era favorável às mulheres em 1992, tanto no RS como no Brasil. Se, no ensino fundamental, havia uma quase-igualdade de acesso à escola, era nos níveis médio e superior que a predominância feminina se fazia sentir, conforme atestam os dados da tabela.

Em 2005, havia uma maior proporção de homens no nível fundamental, evidenciada pela razão de 0,94 mulheres para

cada homem no RS e de 0,95 no Brasil. As mulheres continuavam na dianteira, em relação aos homens, no ensino médio — em torno de 1,17 — e, em especial, no ensino superior, na razão de 1,23 para o RS e de 1,32 no Brasil, embora as razões tenham sofrido um decréscimo entre 1992 e 2005.

Esses dados sugerem que a educação formal no Brasil não constitui um obstáculo à conquista da igualdade de gênero, como propõe a Unesco, porque as mulheres superam os homens nos níveis superior e médio. Entretanto, apesar da participação educacional ser mais alta no grupo feminino, persiste, entre as mulheres, a discriminação no mundo do trabalho e da política.

Razão entre mulheres e homens de cinco anos ou mais de idade nos ensinos fundamental, médio e superior, no Brasil e no RS — 1992 e 2005

DISCRIMINAÇÃO	1992			2005		
	Homens (A)	Mulheres (B)	Razão (B/A)	Homens (A)	Mulheres (B)	Razão (B/A)
Brasil						
Ensino fundamental regular	13 828 803	14 039 628	1,02	16 509 363	15 658 821	0,95
Ensino médio regular	1 523 440	2 126 893	1,40	3 952 707	4 642 611	1,17
Ensino superior (1)	697 918	809 697	1,16	2 234 929	2 948 484	1,32
Rio Grande do Sul						
Ensino fundamental regular	790 882	803 434	1,02	850 368	801 709	0,94
Ensino médio regular	99 804	133 747	1,34	202 160	239 279	1,18
Ensino superior (1)	61 061	78 223	1,28	169 610	208 547	1,23

FONTE: PNAD, FEE/NIS.

(1) Inclusive estudantes de curso de mestrado ou doutorado.

Salvatore Santagada (FEE/CIE)

Melhora na distribuição de renda do trabalho na RMPA

Observando-se a distribuição dos rendimentos dos ocupados, nos últimos anos, na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), é possível verificar, pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), uma tendência de desconcentração da renda do trabalho, evidenciada no aumento significativo da parcela da renda apropriada pelos trabalhadores que pertencem ao grupo dos 25% que auferem os menores rendimentos (Grupo 1). Esse movimento ganhou impulso expressivo no ano de 2006, tendo o percentual da renda do trabalho apropriada pelo grupo subido de 7,77% para 8,29%. O mesmo movimento de crescimento foi observado para os trabalhadores do Grupo 2 (25% dos trabalhadores com rendimentos inferiores à mediana), que passaram de 13,38% em 2005 para 13,77% em 2006.

O movimento inverso, por consequência, ocorreu no Grupo 4, correspondente aos ocupados de maior renda. Esses trabalhadores, em 2006, auferiram 56,88% do total de rendimentos do trabalho na RMPA. Esse percentual, nos anos de 1994 e 2000, era maior que 60%.

Os dados da PED sinalizam uma melhora na distribuição da renda do trabalho, na RMPA, no último período, resultado de um ganho real de renda dos ocupados de menores rendimentos, destacando-se os empregados nos serviços domésticos. Porém a distribuição atual ainda está muito longe de padrões de países avançados. Segundo a ONU, que utiliza um conceito mais geral de renda e não só a oriunda do trabalho, o Brasil ocupa a incômoda 117ª posição entre 124 países analisados.

Distribuição dos rendimentos dos ocupados por grupos de trabalhadores, segundo quartis de rendimentos, na RMPA — 1993-06

ANOS	GRUPO				GRUPO 4 (%)
	GRUPO 1	GRUPO 2	GRUPO 3	GRUPO 4	
1993	6,36	12,48	21,31	59,86	
1994	6,26	12,10	21,09	60,55	
1995	6,76	12,71	21,65	58,89	
1996	6,86	12,92	21,82	58,41	
1997	6,93	13,06	21,72	58,30	
1998	6,81	13,01	21,82	58,37	
1999	6,57	12,70	21,41	59,32	
2000	6,51	12,36	20,86	60,28	
2001	6,88	12,62	20,88	59,61	
2002	7,15	12,64	20,98	59,23	
2003	7,20	12,94	20,82	59,04	
2004	7,47	13,27	21,05	58,20	
2005	7,77	13,38	21,06	57,79	
2006	8,29	13,77	21,06	56,88	

FONTE: PED/RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

NOTA: O Grupo 1 corresponde a 25% do total dos trabalhadores com rendimentos mais baixos; o Grupo 2, a 25% do total dos trabalhadores com rendimentos imediatamente inferiores ao mediano; o Grupo 3, a 25% do total dos trabalhadores com rendimentos imediatamente superiores ao mediano; o Grupo 4, a 25% do total dos trabalhadores com rendimentos mais altos.

Jéferson Daniel de Matos (FEE/CPED)



Tenha acesso a esta e a outras
publicações em
nossa Home Page
www.fee.rs.gov.br

Carta
de
Conjuntura FEE

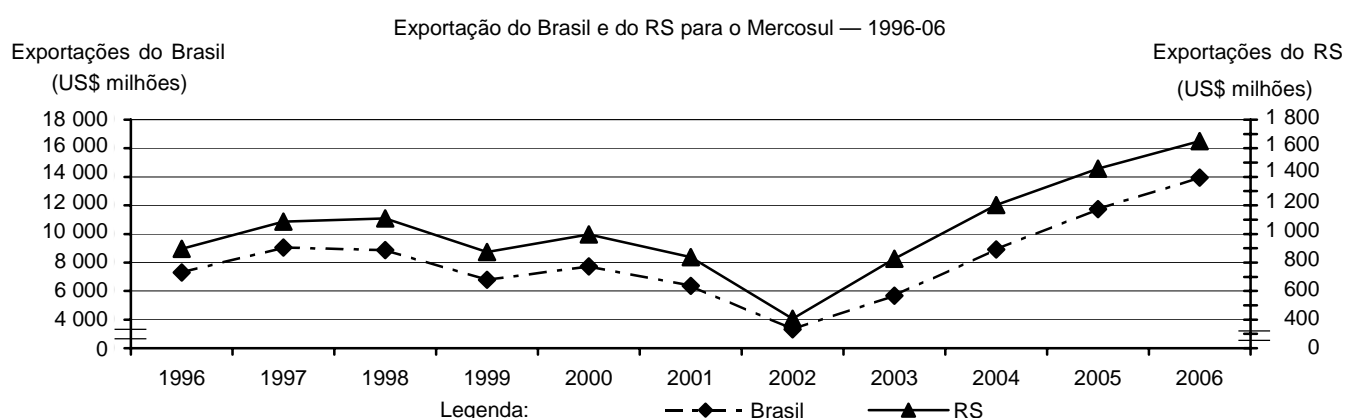
As exportações gaúchas para o Mercosul: 1996-06

Ao longo da última década, os ciclos econômicos dos países-membros signatários do Tratado de Assunção, que criou o Mercosul em 1991 (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), afetaram profundamente as relações econômicas e políticas do bloco. Isso se refletiu no comércio bilateral de cada país com o Brasil e, por conseguinte, no comércio exterior do Rio Grande do Sul com esses parceiros comerciais.

O gráfico evidencia a evolução das exportações brasileiras e gaúchas para o Mercosul no período 1996-06 e, portanto, exclui a Venezuela, que aderiu ao bloco na metade deste último ano. Chama atenção a queda acentuada do comércio intrabloco no ano de 2002, quando foi atingido o ápice das crises econômicas argentina e uruguaia, resultando em uma contração das vendas externas destinadas ao Mercosul de -48,0% para o Brasil e de -51,6% para o RS.

No período 1996-06, a variação em valor das exportações brasileiras e gaúchas alcançou 91,0% e 84,3% respectivamente, e as taxas de crescimento dos três últimos anos continuaram apresentando-se mais elevadas para o Brasil (57,1%, 31,6% e 19,0%) do que para o Rio Grande do Sul (45,3%, 21,3% e 13,2%). Entretanto, considerando a participação nas exportações para o Mercosul, tem-se maior importância do RS (14%) em relação ao BR (10,4%).

Contudo, levando-se em conta o valor em dólares, apesar das freqüentes oscilações do comércio regional e dos inúmeros contenciosos registrados entre os países-membros, tanto as exportações Brasil-Mercosul como as do RS-Mercosul apresentaram, em 2006, cifras nunca antes alcançadas no período examinado: US\$ 14,0 bilhões e US\$ 1,7 bilhão respectivamente.



FONTES DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Secex/Dtic/Sistema Alice.

Beky Moron de Macadar (FEE/CEES)

Outra leitura do déficit da Previdência

O Ministério da Previdência Social apresenta, no mês de janeiro de cada ano, o resultado do ano anterior das contas do Regime Geral de Previdência Social, administrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Esse resultado previdenciário é o confronto de todos os gastos com benefícios previdenciários com a soma da arrecadação previdenciária de empregados e empregadores. Há 10 anos, ele se vem mostrando negativo. Dessa forma, o déficit do sistema previdenciário, em 2006, seria de R\$ 42,1 bilhões.

Ainda em 2006, a forma de apresentação das contas previdenciárias foi inovada: no resultado previdenciário, foram computadas a parcela da Contribuição Provisória Sobre Movimentações Financeiras (CPMF), que a Constituição destina ao INSS (R\$ 8,4 bilhões), e as renúncias previdenciárias

(R\$ 11,5 bilhões) — isenções através das quais o Governo deixa de arrecadar da exportação da produção rural, de clubes de futebol, de universidades, de hospitais, do Simples, etc. Estas se configuram como uma política fiscal e deveriam ser assumidas como tal pelo Tesouro Nacional. Assim, o déficit caiu de R\$ 42,1 bilhões para R\$ 22,1 bilhões. Desse montante, podem ser descontados R\$ 18,3 bilhões, que é o déficit oriundo dos benefícios pagos, sem contrapartida contributiva, aos segurados do subsistema previdenciário rural. Portanto, não se pode classificar este como um regime previdenciário, sendo, na verdade, uma política social de distribuição de renda.

Por fim, resta um déficit do subsistema previdenciário urbano de R\$ 3,8 bilhões, que o Ministério da Previdência Social promete zerar até 2010, apenas com medidas de gestão.

Resultado do Regime Geral de Previdência Social — 2006

ITENS	(R\$ milhões correntes)		
	URBANO	RURAL	TOTAL
Arrecadação líquida	119 715,1	3 805,1	123 520,2
Arrecadação da CPMF	-	8 444,8	8 444,8
Despesa com benefícios previdenciários ..	133 216,4	32 368,9	165 585,3
Renúncias previdenciárias	9 710,0	1 788,9	11 498,9
Resultado excluindo CPMF e renúncias	-13 501,3	-28 563,8	-42 065,1
Resultado incluindo CPMF e renúncias	-3 791,3	-18 330,1	-22 121,4

FONTES: INSS.

Calino Pacheco Filho (FEE/CEES)

Tecnologia e exportações industriais do RS

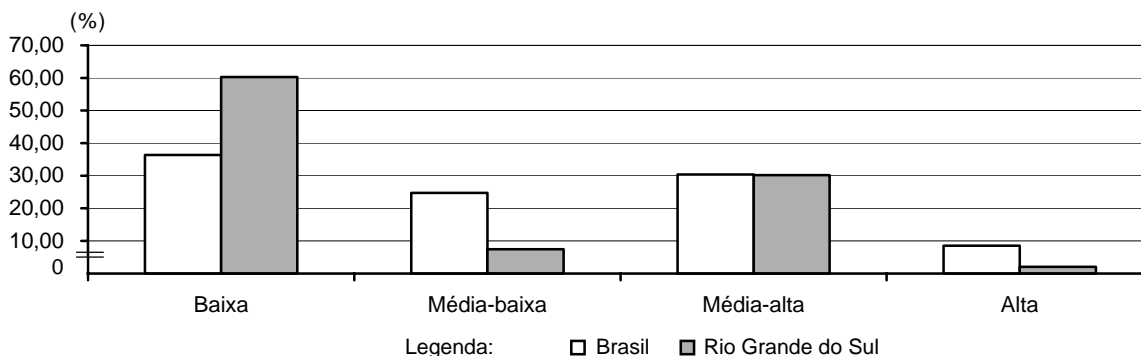
Uma das características do processo de globalização é o aumento da parcela das exportações de produtos industrializados (mais de 78% do total mundial no ano 2000) e, dentre estes, daqueles com conteúdo tecnológico mais avançado. Os principais elementos motivadores dessa dinâmica relacionam-se às mudanças na divisão internacional da produção, capitaneadas pelas estratégias das empresas multinacionais. Elas implicam uma maior participação dos produtos não acabados no total comercializado, bem como na realocação de parte expressiva da capacidade industrial instalada em direção aos países em desenvolvimento, notadamente na Ásia.

O significado dessas mudanças é dos mais relevantes para a competitividade internacional, uma vez que a incorporação de maior conteúdo tecnológico nos produtos comercializados representa um maior acoplamento à demanda mundial, ou seja, uma maior capacidade de ampliar as exportações. Também quanto ao reflexo para a sociedade como um todo, a experiência asiática demonstra que a elevação do conteúdo tecnológico das exportações garante uma maior geração de renda e a criação de empregos melhor remunerados. Tem-se, aqui, um dos pontos críticos que afeta a inserção comercial de países latino-americanos em geral e a do Brasil em especial.

Nesse contexto, apesar de esperada, dada a elevada importância da atividade rural e de seus *linkages* no RS, é preocupante que a inserção dos produtos industriais gaúchos se dê com piores indicadores do que aqueles já precá-

rios apresentados pela indústria nacional, uma vez divididas suas exportações em indústrias de baixa, média-baixa, média-alta e alta intensidade tecnológica, seguindo o padrão metodológico internacional. No ano de 2006, a participação dos manufaturados de baixo conteúdo tecnológico foi bastante mais expressiva no RS do que no resto do País, respondendo por parcela superior aos 60% do total exportado de manufaturas. A elevada participação das exportações originadas das indústrias de alimentos, bebidas e do fumo — 35,5% das exportações industriais — foi a principal responsável por esse resultado, consolidado pelas exportações das indústrias de calçados e do mobiliário. Um bom resultado foi o alcançado no segmento de média-alta tecnologia, onde a participação alcançou os 30%, equiparando-se à média nacional. Nesse segmento, encontram-se as indústrias de máquinas e equipamentos elétricos e mecânicos, bem como as de máquinas agrícolas e de veículos automotores. A participação dos produtos de alta tecnologia superou em pouco os 2% do valor total exportado pela indústria gaúcha, em que pese os esforços que se têm realizado no sentido da implantação de parques tecnológicos e de atração de empresas voltadas às novas tecnologias no Estado. Em resumo, o resultado obtido nessa classificação trata-se de valioso instrumento no sentido de identificar e de medir fraquezas da estrutura produtiva estadual, devendo ser objeto de atenção por parte dos planejadores e formuladores de políticas públicas no RS.

Exportações, por intensidade tecnológica, da indústria de transformação do RS e do Brasil — 2006



FONTES: FEE.

André Luís Forti Scherer (FEE/CEES)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 03.05.07).

ISSN 1517-7262

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 250 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Adelar Fochezatto

Diretor Técnico: Octavio Augusto Camargo Conceição

Diretor Administrativo: Nóra Angela Gundlach Kraemer

Conselho Editorial da Carta: Octavio Augusto Camargo Conceição, Adalberto Alves Maia Neto, Marinês Zandavali Grandó e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Terezinha Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Lourdes T. dos Santos, Rejane Schimitt Hübner e Vera Sonia Castro. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.